



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 359 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 - UASG 925814		
COMPRASGOV n.º 90034/2026		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, COQUETEL, LANCHE E CAFÉ DA MANHÃ, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS PROMOVIDOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	
SRP? SIM	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 757.840,00 (setecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais)	
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 03/07/2026, às 13:30 horas (horário de Brasília) Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br		Pregoeira: Pauline Sabará Souza
Vistoria? () SIM (X) NÃO	Amostra/Protótipo? () SIM (x) NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO
AMPLA PARTICIPAÇÃO NOS ITENS 01, 02 e 04 EXCLUSIVA PARA ME/EPP NO ITEM 03		
PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES: ATÉ DIA 30/06/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br		Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-2534 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001 .		
<div>ATENÇÃO</div> <p>A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021.</p> <p>Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento.</p> <p>A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo.</p>		

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).
Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/ , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “925814”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/ 2026 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 26.0.000005673-0

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho e 2016, Decreto 11.462/2023 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 26.0.000005673-0, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pela pregoeira Pauline Sabará Souza, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria nº 769 de 27 de fevereiro de 2025.

DATA: 03/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 h

SÍTIo ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será dividida em 04 itens, conforme tabela constante no subitem 1.1.3 do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do serviço.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – Nos itens de participação exclusiva para ME/EPP, empresas que não se enquadrem na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007;

2.2.2 - tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.4 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.5 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.6 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.7 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.8 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.9 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.10 - em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.6 do Termo de Referência.

2.8 - Para o cumprimento do disposto no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, o qual estabelece o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) ficam estabelecidos os seguintes critérios de participação:

2.8.1 - O item 03 é exclusivo para participação de licitantes enquadradas como ME/EPP;

2.8.2 - Os itens 01, 02 e 04 são de ampla concorrência a todas as empresas, sejam enquadradas ou não como ME/EPP;

2.9 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VI deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.10 - Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

2.11 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 - Não se aplica.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1 – A licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, conforme disposto no inciso IV do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021;

4.2 – A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de (prestação de serviço) do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes nos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.4 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.6 - Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.8.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - **_Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:**

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros

6.21.3 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – Caso constatado o extrapolamento do limite de enquadramento da ME/EPP, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

CAPÍTULO IX – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE OU DA PROVA DE CONCEITO

9.1 - Não se aplica.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.3 – A proposta deverá conter todas as características ou especificações técnicas que de forma inequívoca viabilize a análise de sua conformidade às especificações do edital.

10.1.3.1 - O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

10.1.3.2 – Poderá ser exigida a degustação dos itens, com apresentação nas mesmas características descritas no Termo de Referência (Anexo I), em data e horários a serem marcados pela Diretoria de Comunicação através da Assessoria de Cerimonial, a qual deverá ser apresentada nas dependências da licitante no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do pedido do setor requisitante, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções cabíveis.

10.1.3.3 - Apresentar o alvará da autorização e licença de funcionamento da licitante, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

10.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução dos serviços, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento contratual, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do **valor unitário e do valor total da proposta**, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

10.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexecutáveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

10.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução dos serviços.

10.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

10.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 – Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2 – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência

11.1.3. Para efeitos de comprovação da regularidade fiscal estadual e municipal (Nível IV do SICAF), considera-se a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos.

11.1.3.1. Não serão admitidas certidões específicas de tributos imobiliários para fins de comprovação do subitem anterior.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

11.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

11.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou serviços satisfatoriamente em características compatíveis com o objeto da licitação.

11.3.1.1 – Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

11.3.1.2 - É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

11.3.1.3 - É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

11.3.1.4 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

11.3.1.4.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 a habilitação será restrita a apresentação da seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dois dois últimos exercícios sociais.

a.1) Os documentos referidos na alínea ‘a’ limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) Os licitantes criados no exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 11.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

11.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial;

b) Publicados em jornal de grande circulação;

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

11.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU):

a) Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

11.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

a) Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

11.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).”

11.3.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

11.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

11.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII - DO RECURSO

13.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

14.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado **por item**, conforme o caso à vencedora do certame.

14.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

14.4 – Antes da homologação da licitação, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, conforme o artigo 18 do Decreto 11.462/23.

CAPÍTULO XV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo IV do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

15.2 – A recusa injustificada da adjudicatária assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 16.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

15.3 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

15.4 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

15.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

15.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

15.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

15.4.4 – Findo o prazo do subitem 16.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 15.4 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo IV do Edital).

15.5 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 15.3 a 15.4 deste edital, a nota de empenho e o contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

15.6 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

15.7 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

15.8 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação.

16.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.1.2 – A assinatura da Ata de Registro de Preços será de forma eletrônica, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como usuário externo, devendo o licitante efetivar sua assinatura por meio de seu representante legal, com poderes para tal, no prazo previsto no item 16.1.

16.1.3 - A Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos deste edital e da proposta vencedora.

16.2 – A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da licitante vencedora nos termos do item 16.3, será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

16.2.1 – O registro das demais licitantes a que se refere o item 16.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

16.2.2 – Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 16.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.3 – No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

16.4 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

16.5 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

CAPÍTULO XVII – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

17.2 - Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

CAPÍTULO XVIII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

18.1 – O TJ/TO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

18.2. As solicitações de adesão (carona) à Ata de Registro de Preços serão admitidas mediante apresentação da documentação necessária pelo órgão interessado e deverão ser formalizadas exclusivamente junto ao sítio Compras.gov.br, sistema integrado utilizado pelo TJTO para a realização de licitações e divulgação de contratações. A Divisão de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - DCC será responsável pelo acompanhamento, controle e lançamentos junto ao referido sistema.

18.3. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

18.3.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

18.3.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

18.3.3. Consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do FORNECEDOR.

18.4. A autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo FORNECEDOR.

18.4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

18.5. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

18.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrados observados os requisitos do item 18.2.

18.8. Caberá ao FORNECEDOR optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados na Ata, e desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e observados os limites de adesão previstos nos §§4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

18.9. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Dos limites para as adesões

18.10. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18.11. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

18.12. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CAPÍTULO XIX – DO ACIONAMENTO DA ATA E DO CADASTRO DE RESERVA:

19.1. As aquisições decorrentes da Ata serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante emissão de contrato ou somente de nota de empenho, conforme o caso.

19.2. Os quantitativos a serem fornecidos a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO GERENCIADOR e estarão diretamente vinculados às especificidades e quantidades registradas.

19.3. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim a promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições:

19.3.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ao FORNECEDOR nas condições estabelecidas na Ata, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

19.4. No acionamento da Ata de Registro de Preços, o demandante deverá observar o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a exigência de prévia pesquisa de mercado quando se tratar de aquisição de item específico constante de grupo de itens.

19.4.1 – A Unidade Demandante do TJ/TO será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a comprovação motivada da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, podendo esta ser realizada com o auxílio da Central de Compras.

19.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

19.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

19.6.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

19.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

19.8 – Quando ocorrida a hipótese prevista no item 19.5, o TJ/TO, observada a ordem de classificação do certame, poderá convocar os fornecedores constantes do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços.

19.9 – O registro do cadastro de reserva será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

19.9.1 – O registro das demais licitantes a que se refere o item 19.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

19.10 - **É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no presente edital, nos termos do art. 82, caput, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21.**

CAPÍTULO XX – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e inalteráveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 40 e 41 do Capítulo V, seção I, subseção da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

20.2. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista no item 20.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

20.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

20.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

20.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 21.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

20.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

20.3.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

20.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

20.4.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

20.4.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 21, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

20.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 20.3, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

20.7. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.8. A alteração dos preços registrados observará o disposto no artigo 25 do Decreto Federal n.º 11.462/2023.

20.9. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO XXI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

21.1. O FORNECEDOR terá seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

21.1.1. A pedido, quando:

- a) Comprovar formal e documentalmente estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do FORNECEDOR ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR e este não identifique fundamentos aptos a inviabilizar a revisão de preços.

21.1.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório e não sanear a situação no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c) Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) Não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, os instrumentos contratuais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#).

21.1.3. Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

21.1.4. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

21.2. Verificada qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 21.1.1, concluído o respectivo processo e depois de garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o ÓRGÃO GERENCIADOR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao FORNECEDOR e aos demais licitantes que compõem o cadastro reserva (se houver) a nova ordem de registro.

21.3. A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) Por extinção da totalidade do seu objeto, situação na qual deverá ocorrer a notificação de eventuais aderentes; e
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

21.4. Se não obtiver êxito nas negociações previstas no capítulo XX, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CAPÍTULO XXII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

22.1 – São obrigações do fornecedor, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

22.1.1 - manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços e da execução das contratações dela decorrentes as condições de habilitação e de qualificação;

22.1.2 - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

22.1.3 - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução desse ajuste;

22.1.4 - responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

22.1.5 - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

22.1.6 - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente desta Ata de Registro de Preços a terceiros;

22.1.7 - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

22.1.8 - Prestar os serviços conforme especificações do Termo e da proposta, alocando empregados qualificados e fornecendo materiais, equipamentos e utensílios necessários, observando qualidade, quantidade e normas de segurança, higiene e disciplina;

22.1.9 - Cumprir determinações regulares do fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

22.1.10 - Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, serviços ou materiais que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades;

22.1.11 - Utilizar empregados habilitados, devidamente uniformizados e identificados, instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e higiene;

22.1.12 - Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;

- 22.1.13 - Submeter previamente ao Contratante quaisquer mudanças nos métodos de execução que se afastem das especificações;
- 22.1.14 - Garantir sigilo sobre todas as informações obtidas em razão do contrato;
- 22.1.15 - Designar formalmente preposto com contatos atualizados para comunicação direta com o Contratante;
- 22.1.16 - Elaborar e apresentar Plano de Execução para eventos, observando prazos, especificações e quantitativos necessários, ajustando-o quando solicitado pelo Contratante;
- 22.1.17 - Zelar pela boa conservação, transporte, manuseio e armazenamento de materiais e alimentos, retirando todos os pertences após a prestação dos serviços.

CAPÍTULO XXIII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência **R\$ 757.840,00 (setecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais)** e será consignado:

- Unidade Gestora: 060100- FUNJURIS
- Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.131.1145.4185
- Natureza de Despesa: 33.90.39
- Fonte de Recursos: 1.760

CAPÍTULO XXIV – DA FORMA DE PAGAMENTO

24.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal, sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

- 24.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.
- 24.1.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

24.2 – Caberá ao fornecedor apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XV deste edital.

24.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

- 24.3.1 - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.
- 24.3.1.2 - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

24.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

24.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

24.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

24.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 23.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

- EM = I x N x VP, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

24.8 - As demais disposições estão contidas no item 10 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)

CAPÍTULO XXV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1 – O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

25.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoadado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

25.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

25.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 16.1, incorrerá no descumprimento do item 15.2.

25.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

25.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

25.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4.2.2 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

25.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

25.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

25.7 – A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

25.8 - Fica estabelecido, para fins de gestão e fiscalização contratual, o Instrumento de Medição de Resultado, que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme item 8.13 do Termo de Referência (ANEXO I) do edital.

25.9 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXVI- DO PRAZO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

26.1 – O prazo de início da prestação de serviços solicitados pelo TJ/TO a contar do recebimento da Ordem de Serviço, observados os seguintes prazos:

26.1.1 - Para os itens **01, 03 e 04**, os prazos serão de **até 24 (vinte e quatro) horas**, podendo excepcionalmente ocorrer em até 02 (duas) horas antes do evento;

26.1.2 - Para o item **02**, o prazo será de **até 48 (quarenta e oito) horas**, podendo excepcionalmente ocorrer em até 06 (seis) horas antes do evento;

26.1.3 - Para **grandes eventos** (acima de 150 participantes), referentes aos itens **01 e 02**, o prazo será de **até 05 (cinco) dias**, observando o disposto no item 8.3.2 do Termo de Referência.

26.2 - Em situações excepcionais e devidamente justificadas, a Administração poderá solicitar a execução dos serviços em prazo inferior ao estabelecido.

26.3 – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

26.3.1 – Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

26.4 - Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados formalmente pela Diretoria de Comunicação nas respectivas Ordens de Serviços.

26.5 – As demais disposições do item 6 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XXVII - DO REGIME DE EXECUÇÃO

27.1 -O fornecedor deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo TJ/TO, nos prazos e condições estabelecidas no item 8 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XXVIII - DA EXTINÇÃO

28.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a extinção do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

28.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

28.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

28.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

28.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXIX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

29.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **cpl@tjto.jus.br**.

29.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimentos.

29.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

29.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

29.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **cpl@tjto.jus.br**.

29.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

29.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

30.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo I "A"- Minuta do Termo de Recebimento Definitivo

Anexo I "B" - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023;

Anexo V – Estudo Técnico Preliminar

30.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

30.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

30.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

30.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

30.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da

contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

30.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

30.9 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 17 de junho de 2026.

Pauline Sabará Souza
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 503 / 2026
PRESIDÊNCIA/CECOM

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
16/03/2026	1.0	Finalização da primeira versão	Paula Márcia Bittencourt Viana Klein, matrícula 353591; Dalliana de Souza Correia Medeiros, matrícula: 352783 e Nadiny Maria Almeida Parreira, matrícula: 378580.
11/05/2026	2.0	Atualização da versão com inclusão dos valores estimados	Paula Márcia Bittencourt Viana Klein, matrícula 353591; Dalliana de Souza Correia Medeiros, matrícula: 352783 e Nadiny Maria Almeida Parreira, matrícula: 378580.
15/05/2026	3.0	Atualização da versão após apontamentos SEDCC	Paula Márcia Bittencourt Viana Klein, matrícula 353591; Dalliana de Souza Correia Medeiros, matrícula: 352783 e Nadiny Maria Almeida Parreira, matrícula: 378580.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento de **coffee break, coquetel, lanche e café da manhã**, destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

1.1.2. Os serviços serão prestados sob demanda, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo as especificações do evento, local de realização e quantidade estimada de participantes.

1.1.3. A contratação abrange o fornecimento de alimentos, bebidas, utensílios, mobiliário quando necessário, materiais de apoio e equipe de atendimento, incluindo profissionais responsáveis pela montagem, execução e desmontagem do serviço.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	ITEM PAC	CATMAT/ CATSER	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	COFFEE BREAK CARDÁPIO: SALGADOS <i>(10 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i> Coxinha com catupiry Croquete de carne Empadinha de frango Empadinha de palmito Quibe assado Quibe frito Quibe frito recheado com mussarela Rissole de carne Rissole de milho Trouxinha de carne de sol frutas secas diversas, amendoim e castanhas. BOLOS: <i>(03 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i> Banana Cenoura Chocolate Coco Milho Laranja	CUSTO x PESSOA	4.000	383	12807	R\$ 44,78	R\$ 179.120,00

	<p>MINI SANDUÍCHES:</p> <p><i>(03 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Croissant recheado com pasta de frango Mini sanduíche de pão ciabatta com mussarela, lombinho fatiado, requeijão e alface Mini sanduíche de pão com pasta de frango Mini sanduíche de pão com pasta de tomate e ricota Mini sanduíche de pão com pasta de tomate seco Mini sanduíche de pão de forma com pasta de atum e alface</p> <p>TORTAS SALGADAS:</p> <p><i>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Carne de sol Bacalhau Frango Palmito</p> <p>TORTAS DOCES:</p> <p><i>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Pavê de abacaxi Pavê de chocolate Pavê de maracujá Pavê de pêssego Pudim de leite Torta de limão Torta mouse de chocolate</p> <p>FRUTAS:</p> <p>Típicas da estação Salada de frutas ou frutas fatiadas</p> <p>BEBIDAS:</p> <p>3 tipos sucos naturais, com açúcar e sem (trazer adoçante de qualidade) 3 tipos de refrigerantes (normal e 1 tipo zero) Água com, sem gás e água aromatizada</p> <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS: Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como: Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jarras em vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca);</p> <p>Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p> <p>Mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Cadeiras de policarbonato ou madeira, para suportar até 180 Kg, almofadas com espuma revestida em Oxford com velcro para prender;</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>						
02	<p>COQUETEL</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>TÁBUA DE FRIOS:</p> <p>Tábuas de frios contendo salaminho, palmito, ovo de codorna com molho rosê, lombo defumado, chester defumado, blanquete de peru, queijo frescal, queijo mussarela, queijo prato, queijo provolone, azeitonas sem caroço e tomate seco, carpaccio de lagarto, frutas secas diversas, pães diversos, pães sírio, mini torrada, patês, canapés, antepasto de berinjela, quibe cru, amendoim e castanhas.</p> <p>FINGER FOOD:</p> <p><i>(04 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Fricassé de frango Gratinado de bacalhau</p> <p>Mini escondidinho de carne de sol Mini risoto de camarão Mini risoto de filé mignon</p>	<p>CUSTO x PESSOA</p>	4.000	384	12807	R\$ 101,65	R\$ 406.600,00

	<p>Mini risoto de queijo</p> <p>Strogonoff de filé com arroz e batata palha</p> <p>Strogonoff de frango com arroz e batata palha</p> <p>SALGADOS:</p> <p><i>(12 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Bolinho de bacalhau</p> <p>Canudinho folhado de frango aos quatro queijos</p> <p>Coxinha de frango</p> <p>Croquete de carne</p> <p>Empadinha de frango</p> <p>Empadinha de palmito</p> <p>Espetinho de filé de frango envolto em lâmina de bacon com molho roti</p> <p>Espetinho de filé envolto em lâmina de bacon com molho roti</p> <p>Folheado de frango</p> <p>Folheado de queijo</p> <p>Folheado de goiabada</p> <p>Quibe</p> <p>Rissole de carne</p> <p>Rissole de milho com catupiry</p> <p>Torta de bacalhau</p> <p>Torta de frango com palmito</p> <p>SOBREMESAS:</p> <p><i>(03 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Mouse de chocolate</p> <p>Mouse de maracujá</p> <p>Pavê de abacaxi</p> <p>Pavê de chocolate</p> <p>Pavê de morango</p> <p>Pudim de leite</p> <p>Mini pudim embalado separado</p> <p>Salada de frutas</p> <p>Torta de limão</p> <p>BEBIDAS:</p> <p>4 tipos de sucos naturais, com açúcar e sem (trazer adoçante de qualidade)</p> <p>3 tipos de refrigerantes (normal e 1 tipo light)</p> <p>Água com, sem gás e água aromatizada</p> <p>Coquetel de frutas sem álcool</p> <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS:</p> <p>Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como:</p> <p>Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jarras de vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca); Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p> <p>Mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Cadeiras de policarbonato ou madeira, para suportar até 180 Kg, almofadas com espuma revestida em Oxford com velcro para prender;</p> <p>Mesas de bistro com 4 banquetas (madeira ou aço)</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>						
03	<p>LANCHE</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>LANCHE:</p> <p>Pão de queijo</p> <p>Biscoito de queijo</p> <p>Sanduíche natural</p> <p>Bolos de cenoura, milho, chocolate e laranja</p> <p>Petit Four</p> <p>sequilhos</p> <p>Biscoitos artesanais</p> <p>Salada de frutas ou frutas fatiadas</p> <p>BEBIDAS:</p>	CUSTO x PESSOA	2.000	385	12807	R\$ 38,58	R\$ 77.160,00

	<p>2 tipos de sucos naturais, com açúcar e sem (trazer adoçante de qualidade)</p> <p>2 tipos de refrigerantes (1 normal e 1 tipo light)</p> <p>Leite achocolatado</p> <p>Cappuccino</p> <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS:</p> <p>Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como:</p> <p>Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jarras de vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca); Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p> <p>Cadeiras e mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>						
04	<p>CAFÉ DA MANHÃ</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>FRUTAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Frutas fatiadas (da estação)• Outras frutas (uva, maçã verde, maçã vermelha e pêssego)• Salada de frutas <p>BEBIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sucos de frutas• Café (amargo e doce)• Leite• Chocolate quente• Chás• Capuccino• Açúcar• Adoçante <p>BOLOS:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Bolo de Laranja• Bolo Brigadeiro• Bolo de Cenoura• Bolo de Fubá <p>PETIT FOUR:</p> <p>(05 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Biscoito Suíço• Rosquinha húngara• Pão de Queijo• Biscoito de Queijo• Croissant de queijo• Croissant de goiabada• Casadinho de doce de leite <p>PÃES:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Pão de batata• Pão de leite• Brioche• Leite <p>Torradas</p> <p>FRIOS:</p> <p>(todos)</p> <ul style="list-style-type: none">• Presunto• Mussarela• Geléias• Requeijão Cremoso <p>TORTAS SALGADAS:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Frango• Palmito• Torta de Carne de Sol• Quiche de frango e palmito• Quiche de queijo	CUSTO x PESSOA	2.000	386	12807	R\$ 47,48	R\$ 94.960,00

1.2.8. Com a contratação, busca-se assegurar a economicidade, eficiência, eficácia e o adequado aproveitamento dos recursos disponíveis, mantendo o padrão de qualidade dos eventos institucionais e observando, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental.

2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente contratação enquadra-se como **serviço comum**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.1.2. Os serviços serão prestados de forma **parcelada e sob demanda**, conforme a necessidade da Administração.

2.2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.2.1. A contratação será realizada **na modalidade pregão, em sua forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. A escolha da modalidade justifica-se em razão da natureza comum do objeto, permitindo a definição objetiva das especificações no Termo de Referência e a seleção da proposta mais vantajosa por meio de disputa competitiva.

2.3. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DA ADOÇÃO OU NÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.3.1. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, considerando que a demanda apresenta natureza eventual, repetitiva e variável, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato de serviços a serem contratados.

2.3.2. A utilização do SRP justifica-se pelas seguintes razões:

I – necessidade de contratações frequentes, conforme a realização de eventos institucionais;

II – prestação de serviços sob demanda, com quantitativos variáveis;

III – possibilidade de execução parcelada, conforme disponibilidade orçamentária;

IV – maior eficiência na gestão administrativa e racionalização dos gastos públicos.

2.3.3. A adoção do SRP está em conformidade com a legislação vigente e mostra-se a solução mais adequada para atendimento da demanda institucional.

2.3.4. Será realizado o procedimento de **Intenção de Registro de Preços (IRP)**, nos termos da regulamentação interna aplicável, visando possibilitar a participação de outros órgãos interessados.

2.4. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**.

2.4.2. O julgamento será realizado com base no **menor preço por item**, considerando que:

I – os serviços possuem características padronizadas;

II – os itens são independentes entre si;

III – não há prejuízo técnico na contratação de fornecedores distintos;

IV – o critério amplia a competitividade e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa.

2.5. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. A adjudicação será realizada **por item**.

2.5.2. A adoção desse critério permite maior participação de licitantes, evita restrições indevidas à competitividade e assegura a seleção da proposta mais vantajosa para cada item da contratação.

2.6. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

2.6.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

2.6.2. A vedação fundamenta-se no fato de que o objeto possui natureza comum, sendo amplamente ofertado no mercado por empresas que detêm capacidade técnica para sua execução individual, não havendo complexidade que justifique a formação de consórcios.

2.7. PREVISÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

2.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação.

2.7.2. A vedação visa assegurar o controle da execução contratual, a padronização dos serviços e a responsabilização direta da contratada.

2.8. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123

2.8.1. Não há óbice quanto a aplicação do tratamento diferenciado.

2.9. INDICAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA

2.9.1. Não se aplica, ao presente certame, direito de preferência específico.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. CAPACIDADE TÉCNICA

3.1.1. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar documentação que comprove sua capacidade técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.2. Será exigida a apresentação de:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

3.1.3. Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão considerados como serviços similares aqueles que envolvam:

I – prestação de serviços de buffet;

II – fornecimento de alimentação para eventos;

III – disponibilização de estrutura e equipe de atendimento.

3.1.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- I – identificação do emitente (razão social e contato);
- II – identificação do contratado (razão social e CNPJ);
- III – descrição dos serviços executados;
- IV – manifestação quanto à execução satisfatória.

3.1.5. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão estar assinados por seu representante legal, responsabilizando-se pelas informações prestadas.

3.1.6. Será admitida a somatória de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto.

3.1.7. Não será exigido quantitativo mínimo específico nos atestados, devendo a comprovação limitar-se ao necessário para demonstrar a aptidão do licitante, em observância aos princípios da razoabilidade e da competitividade.

3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.2.1. Será exigida a comprovação de capacidade econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.2. A habilitação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a aptidão do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação.

3.2.3. A comprovação será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- I – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei;
 - II – certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 3.2.4. Os critérios de análise da situação econômico-financeira serão definidos no edital, observando parâmetros objetivos e proporcionais ao objeto da contratação.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. INDICAÇÃO DO INSTRUMENTO DESEJADO PARA FORMALIZAR O AJUSTE

4.1.1. A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, decorrente de procedimento licitatório na modalidade pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação interna deste Tribunal.

4.1.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante celebração de contrato administrativo, considerando a natureza dos serviços, a execução parcelada e sob demanda, bem como a existência de obrigações futuras entre as partes.

4.2. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 4.2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 2023, quando caracterizada a natureza contínua dos serviços e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

4.3. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

4.3.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. Segue abaixo, indicação do gestor, gestor substituto, fiscal técnico e fiscal substituto da Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça:

GESTOR(A) DO CONTRATO: Paula Márcia Bittencourt Viana Klein	MATRÍCULA: 353591
GESTOR(A) SUBSTITUTO(A): Mara Roberta de Souza Madeiros	MATRÍCULA: 255446
FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: Dalliana de Souza Correia Medeiros	MATRÍCULA: 352783
FISCAL SUBSTITUTO(A): Vanessa Borges Pereira Rodrigues	MATRÍCULA: 367938

5.2. 5.2. A comunicação com a empresa será formal, através do e-mail cerimonial@tjto.jus.br, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo pela Assessoria de Cerimonial.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

6.1. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1.1. Os serviços serão prestados de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades do Contratante, e em conformidade com as especificações discriminadas neste Termo de Referência.
- 6.1.2. A execução dos serviços será precedida de Ordem de Serviço, a ser emitida pelo gestor do contrato, contendo todas as informações necessárias à adequada prestação.

6.2. PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

6.2.1. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços a contar do recebimento da Ordem de Serviço, observando os seguintes prazos:

I – Itens 01, 03 e 04: prazo de **até 24** (vinte e quatro) horas, podendo excepcionalmente ocorrer em **até 02** (duas) horas antes do evento;

II – Item 02: prazo de **até 48** (quarenta e oito) horas, podendo excepcionalmente ocorrer em **até 06** (seis) horas antes do evento;

III – Grandes eventos (acima de 150 participantes), referentes aos itens 01 e 02: prazo de **até 05** (cinco) dias, observando o disposto no item 8.3.2 deste Termo;

6.3. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS (URGÊNCIA)

6.3.1. Em situações excepcionais e devidamente justificadas, a Administração poderá solicitar a execução dos serviços em prazo inferior ao estabelecido.

6.3.2. A execução ficará condicionada à anuência da contratada, não sendo obrigatória caso o prazo comprometa a adequada prestação do serviço.

6.3.3. A eventual recusa da contratada, quando justificada pela inviabilidade de execução no prazo reduzido, não ensejará aplicação de penalidades.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.2.1. Observar todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas aplicáveis direta ou indiretamente à execução do contrato;

7.2.2. Responsabilizar-se pela lavratura do contrato, conforme Lei nº 14.133/2021;

7.2.3. Proporcionar condições adequadas para a execução do objeto do contrato;

7.2.4. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada;

7.2.5. Exigir o cumprimento das obrigações contratuais e da proposta da Contratada;

7.2.6. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização, registrando eventuais falhas e encaminhando à autoridade competente;

7.2.7. Notificar a Contratada sobre imperfeições ou irregularidades, fixando prazo para correção;

7.2.8. Assegurar recursos necessários para custear as despesas do contrato, garantindo a emissão de empenho e o pagamento tempestivo das notas fiscais;

7.2.9. Avaliar periodicamente a qualidade dos serviços, incluindo preparação de ambientes e disponibilidade de materiais;

7.2.10. Rejeitar materiais fornecidos em desacordo com as especificações;

7.2.11. Solicitar ajustes ao Plano de Execução ou orçamento, quando necessário, estabelecendo prazo de 1 dia para a Contratada reenviar o documento ajustado;

7.2.12. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas todas as obrigações da Contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.2. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA

7.1.1. Observar todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas aplicáveis direta ou indiretamente à execução do contrato;

7.1.2. Cumprir todas as obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;

7.1.3. Prestar os serviços conforme especificações deste Termo e da proposta, alocando empregados qualificados e fornecendo materiais, equipamentos e utensílios necessários, observando qualidade, quantidade e normas de segurança, higiene e disciplina;

7.1.4. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.5. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, quando houver;

7.1.6. Cumprir determinações regulares do fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

7.1.7. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, serviços ou materiais que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades;

7.1.8. Responsabilizar-se por danos decorrentes da execução do contrato, inclusive aos bens do Contratante ou terceiros, ressarcindo integralmente os prejuízos;

7.1.9. Utilizar empregados habilitados, devidamente uniformizados e identificados, instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e higiene;

7.1.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;

7.1.11. Submeter previamente ao Contratante quaisquer mudanças nos métodos de execução que se afastem das especificações;

7.1.12. Garantir sigilo sobre todas as informações obtidas em razão do contrato;

7.1.13. Designar formalmente preposto com contatos atualizados para comunicação direta com o Contratante;

7.1.14. Elaborar e apresentar Plano de Execução para eventos, observando prazos, especificações e quantitativos necessários, ajustando-o quando solicitado pelo Contratante;

7.1.15. Zelar pela boa conservação, transporte, manuseio e armazenamento de materiais e alimentos, retirando todos os pertences após a prestação dos serviços.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Mecanismos de comunicação

8.1.1. A comunicação entre o Contratante e a Contratada será formalizada preferencialmente por e-mail, telefone, WhatsApp ou outros meios acordados, garantindo registro de todas as solicitações, confirmações e orientações relativas à execução do contrato.

8.1.2. Qualquer solicitação ou alteração de serviços deverá ser formalmente registrada por meio de Ordem de Serviço, emitida pelo gestor do contrato.

8.2. DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2.1. A Contratada deverá comprovar, no ato da contratação, a presença mínima de 01 (um) profissional Nutricionista em seu quadro, com registro ativo no respectivo Conselho, mediante carteira de trabalho, contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

8.2.2. Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, mediante emissão de Ordem de Serviço.

8.2.3. Quantitativos, composição e cardápios dos serviços serão definidos pelo Tribunal de Justiça, podendo o Fornecedor sugerir alternativas desde que aprovadas previamente.

8.2.4. A existência de preços registrados não obriga o Contratante à aquisição integral, devendo a contratação ocorrer conforme demanda, respeitada a preferência do detentor do registro em igualdade de condições.

8.3. PRAZOS DE EXECUÇÃO

8.3.1. A contagem do prazo para execução inicia-se a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme definido no item 6.

8.3.2. Em eventos de grande porte ou de maior complexidade:

a) Comunicação prévia mínima de 5 (cinco) dias.

b) Para itens 01 e 02, apresentação do Plano de Execução em até 2 (dois) dias.

c) Ajustes solicitados pelo Tribunal deverão ser reenviados em até 1 (um) dia.

8.3.3. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos, datas, horários e locais estabelecidos.

8.4. LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO

8.4.1 Os serviços de alimentação Buffet com fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, serão solicitados mediante emissão de ordem de serviço, a qual estarão descritos quais os tipos de serviços que deverão ser prestados, especificações de acordo com o Termo de Referência e as quantidades, no endereço indicado pela Diretoria de Comunicação.

8.4.2. A Diretoria do Centro de Comunicação Social encaminhará Ordem de Serviço, respeitando os prazos estabelecidos no item 6, na qual estarão descritos quais os tipos de serviços que deverão ser prestados, especificações de acordo com o Termo de Referência e as quantidades.

8.4.3. Em relação aos itens 01 e 02 quando da realização para grandes eventos, poderá haver o cancelamento da Ordem de Serviço, mediante prévia comunicação ao Fornecedor, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins em até 01 (um) dia antes da data prevista para a realização do evento.

8.4.4. Quando solicitado a prestação de serviços de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, o Fornecedor deverá providenciar o Buffet de acordo com os tipos de cardápios descritos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ou sugerir outras opções de cardápios, desde que a Contratante aprove e autoriza os serviços.

8.4.5. O cardápio sugerido contém especificações mínimas, podendo ser ofertadas especificações superiores, visando adaptação ao seu padrão normal de serviços, sem prejuízo da qualidade e sem alteração do mérito da contratação.

8.4.5.1. Eventualmente, mediante prévio acordo entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e o Fornecedor, poderá haver modificação dos itens componentes dos cardápios especificados, desde que mantida a equivalência no que se refere à quantidade, qualidade e preço proposto para cada tipo de serviço.

8.4.6. Quando o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins solicitar qualquer serviço de Buffet ou de apoio, o Fornecedor, deverá se responsabilizar pelas seguintes atividades, as quais já estarão incluídas no preço do serviço:

8.4.6.1. Organização adequada do ambiente;

8.4.6.2. Disponibilização de serviço de garçom, para os itens 1, 2, 3 e 4 na proporção de 01 (um) para cada 20 (vinte) convidados, sendo estes devidamente treinados, 01 (um) Chefe de Cozinha e 01 (um) Auxiliar de Cozinha devidamente uniformizados;

8.4.6.3. Disponibilização de mesas aparadoras com toalhas em tecidos do tipo (jacquard, adamascada ou linho, coloridas e nas cores brancas, pretas e marfim) para friso de acordo com a quantidade de pessoas indicadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para o fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã.

8.4.6.3.1. Para o item 02 (coquetel), disponibilização de mesas, cadeiras em policarbonato ou madeira, para suportar até 180 Kg, acompanhadas de almofadas com espuma revestida em Oxford com velcro para prender, mesas de bistro com 4 banquetas (madeira ou aço), conforme necessidade do evento e solicitado pelo Cerimonial;

8.4.6.4. Todo o material deverá ser esterilizado no local do evento com antecedência mínima de 2 (duas) horas;

8.4.6.5. Todos os alimentos devem ter plaquinhas de identificação;

8.4.6.6. Para pedidos acima de 50 pessoas os salgados deverão ser levados para fritar no local indicado pelo Cerimonial;

8.4.7. Disponibilização de bandejas de inox ou prata; travessas de porcelana, vidro ou inox; jarras térmicas para o transporte dos sucos até o local do evento e jarras de vidro para servir; louças; réchauds de prata, porcelana e inox adequados para cada tipo de comida; taças adequadas para cada tipo de bebida; pratos de porcelana; talheres de inox; biombos para fechamento de cozinha, sendo todos estes itens em quantidade proporcional ao número de participantes;

8.4.8. Orientar, coordenar, acompanhar, dar ordens ao contingente alugado (terceirização), resolver quaisquer imprevistos, inclusive a correção de situações adversas, para o perfeito desenvolvimento das atividades, devendo o representante do Fornecedor estar munido de telefone celular;

8.4.9. Atender com presteza às solicitações dos palestrantes, conferencistas, autoridades, convidados e demais participantes do evento no que diz respeito aos serviços de Buffet;

8.4.10. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à execução do serviço, que deverá estar em conformidade com a solicitação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com antecedência mínima de 02 (duas) horas antes do início do evento;

8.4.11. Responsabilizar-se pelo recolhimento do material utilizado após o evento, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

8.4.12. Fiscalizar o controle de entrada para ser aferido pelo servidor responsável da Assessoria de Cerimonial.

8.4.13. Nos casos de disponibilização de equipamentos e/ou outros materiais pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o Fornecedor se responsabiliza pela integridade dos equipamentos e/ou materiais que estiverem sob os seus cuidados, ressarcindo o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins quaisquer despesas decorrentes de sua má utilização.

8.4.14. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio do seu representante, poderá solicitar reunião prévia, antes da realização do evento, com a equipe do Fornecedor que participará da execução dos serviços, a fim de lhe dar as orientações que se fizerem necessárias.

8.4.15. Havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, deverá o Fornecedor comunicar à Assessoria de Cerimonial responsável pelos eventos, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.

8.4.16. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com as especificações solicitadas, consoante disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. FORMA DE EXECUÇÃO

8.5.1. A execução deverá seguir as normas técnicas, regulamentos e melhores práticas aplicáveis, garantindo qualidade, segurança, higiene e disciplina.

8.6. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO

8.6.1. A Contratada deverá cumprir o cronograma aprovado pelo Contratante, incluindo todas as tarefas relevantes e seus respectivos prazos.

8.7. RECURSOS NECESSÁRIOS

8.7.1. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais, instalações, equipamentos e pessoal técnico necessário à execução do contrato.

8.8. PROCEDIMENTOS, METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS

8.8.1. A execução deverá observar os procedimentos, metodologias e tecnologias aprovadas pelo Contratante, garantindo eficiência, segurança e qualidade dos serviços.

8.9. DEVERES E DISCIPLINA DOS EMPREGADOS

8.9.1. Os empregados da Contratada deverão cumprir normas de conduta, higiene, segurança e disciplina durante a execução dos serviços, sendo responsabilizada a Contratada por qualquer infração ou dano causado.

8.10. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.10.1. Em razão da natureza do objeto, caracterizado pela prestação imediata e pontual dos serviços, fica dispensada a emissão de Termo de Recebimento Provisório.

8.10.2. O recebimento definitivo dos serviços será formalizado mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, a ser expedido pelo contratante após a verificação da conformidade da execução dos serviços com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, anexo A.

8.10.3. O Termo de Recebimento Definitivo deverá ser emitido em até 03 (três) dias úteis após a prestação dos serviços, desde que constatado o fiel cumprimento do objeto contratado.

8.10.4. Na hipótese de constatação de desconformidades, falhas ou inadequações na execução dos serviços, a Administração poderá rejeitá-los, no todo ou em parte, sem que disso decorra qualquer ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

8.10.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela adequada execução dos serviços, nem afasta a responsabilidade civil, administrativa ou profissional decorrente de eventuais vícios, falhas ou danos verificados posteriormente, nos limites estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

8.11. SUBSTITUIÇÃO OU REFAZIMENTO DURANTE FISCALIZAÇÃO

8.11.1. Caso sejam identificados serviços ou produtos em desconformidade com as especificações estabelecidas, a Contratada deverá promover a substituição ou o refazimento no prazo máximo de até 1 (uma) hora após a notificação da fiscalização, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, de modo a não comprometer a execução do evento.

8.12. PRAZO DE GARANTIA OU VALIDADE

8.12.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega dos materiais e/ou serviços.

8.13. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

8.13.1. A avaliação da execução dos serviços será realizada por meio de **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, com base em critérios objetivos de qualidade, eficiência e conformidade, observadas as disposições deste Termo de Referência.

8.13.2. O IMR será aplicado pelo fiscal do contrato ao final de cada evento, podendo subsidiar:

- a) o atesto da nota fiscal;
- b) a aplicação de glosas;
- c) a aplicação de penalidades, quando cabível.

8.13.3. A avaliação será realizada com base nos seguintes critérios:

ITEM	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Pontualidade	Cumprimento dos prazos de montagem e início do serviço	0 a 10
2	Qualidade dos alimentos	Sabor, aparência, conservação, temperatura e apresentação	0 a 10
3	Variedade e conformidade do cardápio	Atendimento ao cardápio solicitado na Ordem de Serviço	0 a 10
4	Reposição dos itens	Continuidade e suficiência dos alimentos durante o evento	0 a 10

5	Higiene e segurança alimentar	Condições de limpeza, manipulação e uso de EPIs	0 a 10
6	Organização e apresentação	Montagem do ambiente, disposição dos itens e estética	0 a 10
7	Atendimento da equipe	Cordialidade, postura, agilidade e uniformização	0 a 10
8	Estrutura e materiais	Qualidade de utensílios, louças, mobiliário e equipamentos	0 a 10
9	Cumprimento das obrigações contratuais	Atendimento integral às exigências do TR	0 a 10

8.14.4. METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO

8.14.4.1. A pontuação total será de ate 90 pontos.

8.14.4.2. O resultado será classificado da seguinte forma:

FAIXA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
81 a 90 pontos	Excelente	Execução plena
71 a 80 pontos	Bom	Execução adequada
61 a 70 pontos	Regular	Execução com ressalvas
Até 60 pontos	Insatisfatório	Execução inadequada

8.14.5. GLOSAS E SANÇÕES

8.14.5.1. Nos casos de desempenho inferior ao esperado, poderão ser aplicadas glosas no pagamento, conforme abaixo:

RESULTADO	MEDIDA
Regular	Advertência ou glosa de até 3%
Insatisfatório	Glosa de até 5% + possível sanção administrativa

8.14.5.2. A aplicação de glosa não impede a aplicação das penalidades previstas no item 9 deste Termo de Referência.

8.14.6. Serão consideradas falhas graves, independentemente da pontuação:

- a) atraso superior ao limite contratual;
- b) fornecimento de alimentos impróprios para consumo;
- c) descumprimento do cardápio sem autorização;
- d) ausência de equipe mínima;
- e) condições inadequadas de higiene.

8.14.6.1. A ocorrência de falha grave poderá ensejar:

- a) rejeição do serviço;
- b) não atesto da nota fiscal;
- c) aplicação direta de penalidades contratuais.

8.14.7. O IMR poderá ser revisado pela Administração, mediante justificativa técnica, visando aprimoramento da fiscalização contratual.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste Termo de Referência e no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar; e
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 03 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - der causa à inexecução total do contrato;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 9.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas no contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2, deste Termo, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, a critério do CONTRATANTE, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste Termo de Referência e no contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais que forem efetivamente fornecidos.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.

10.7. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato.

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$ Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

10.22. DA VINCULAÇÃO DO PAGAMENTO AO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

10.22.1. O pagamento pelos serviços prestados ficará condicionado à avaliação da execução contratual por meio do **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, a ser aplicado pelo fiscal do contrato ao final de cada evento.

10.22.2. O atesto da nota fiscal somente será realizado após a verificação da conformidade dos serviços executados com base:

I – nas especificações constantes neste Termo de Referência;

II – na Ordem de Serviço emitida;

III – no resultado obtido no IMR.

10.23. DOS CRITÉRIOS PARA ATESTO

10.23.1. O atesto da nota fiscal ficará condicionado à verificação da adequada execução dos serviços, mediante análise do resultado do IMR.

10.23.2. O fiscal do contrato deverá atestar a nota fiscal apenas quando constatada a conformidade da execução, podendo:

I – atestar integralmente, quando não houver ocorrências relevantes;

II – atestar com ressalvas, quando identificadas impropriedades que não comprometam a execução do objeto;

III – deixar de atestar, quando verificada inexecução ou execução em desconformidade relevante.

10.23.3. O atesto deverá ser devidamente motivado, com registro formal das condições de execução do serviço.

10.24. DA APLICAÇÃO DE GLOSAS

10.24.1. Verificado desempenho inferior aos padrões estabelecidos, o fiscal do contrato poderá propor a aplicação de glosa sobre o valor da fatura, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

10.24.2. A glosa será aplicada com base no resultado do IMR, conforme parâmetros:

I – desempenho **regular**: glosa de até 3% (cinco por cento);

II – desempenho **insatisfatório**: glosa de até 5% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

10.24.3. A aplicação de glosa deverá ser:

a) devidamente justificada;

b) registrada em relatório de fiscalização;

c) submetida à ciência da contratada.

10.25. DAS NÃO CONFORMIDADES E PROVIDÊNCIAS

10.25.1. Identificadas não conformidades na execução dos serviços, o fiscal do contrato deverá:

I – registrar a ocorrência;

II – notificar a contratada para correção, quando cabível;

III – propor a aplicação de glosa ou penalidade, conforme o caso.

10.25.2. Nos casos de falhas graves, poderá ser:

a) recusado o serviço;

b) suspenso o pagamento;

c) instaurado procedimento para aplicação de penalidades.

10.26. DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

10.26.1. O processo de pagamento deverá ser instruído com relatório de fiscalização, contendo, no mínimo:

I – identificação do evento;

II – descrição dos serviços executados;

III – avaliação por meio do IMR;

IV – registro de ocorrências;

V – indicação de eventual glosa ou penalidade;

VI – manifestação conclusiva quanto ao atesto.

11. DO REAJUSTE DO CONTRATO

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 11.2 deste Termo, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados do contrato se regerá da seguinte forma:

11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega dos materiais e/ou serviços.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 13.1 Na Contratação em tela serão observados os critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. A contratação pleiteada está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e às Resoluções do CNJ, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 13.3. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na prestação dos serviços, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade, adotando as seguintes práticas:
- a) Que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - b) Respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - c) Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos;
 - d) Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.
- 13.4. Os serviços contratados são de uso imediato, não estocáveis, e que o ciclo e vida do objeto não geram resíduos e nem impacto ambiental.

ANEXO A

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este GESTOR DO CONTRATO, nomeado pela Portaria nº ____ de ____ / ____ / _____ declara, para os devidos fins, que RECEBI DEFINITIVAMENTE o (s) serviço (s) e atesta, juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto previsto no Contrato nº ____/_____, do Processo nº _____.

Palmas, _____ de _____ de _____.

Gestor do Contrato

ANEXO B

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO

Evento: _____

Data: // _____

Local: _____

Tipo de serviço: () Coffee Break () Coquetel () Lanche () Café da manhã

Quantidade: _____

2. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	NOTA (0 a 10)	OBSERVAÇÕES
Pontualidade	Cumprimento dos prazos estabelecidos.		
Qualidade dos alimentos	Condições de sabor, conservação e apresentação.		
Conformidade do cardápio	Atendimento ao cardápio e especificações.		
Reposição dos itens	Continuidade e suficiência dos itens.		
Higiene e segurança alimentar	Condições sanitárias e uso de EPIs.		
Organização e apresentação	Montagem e apresentação do ambiente.		
Atendimento da equipe	Postura e desempenho da equipe.		
Estrutura e materiais	Qualidade dos materiais e equipamentos.		

Cumprimento das obrigações	Cumprimento integral do TR.		
----------------------------	-----------------------------	--	--

3. RESULTADO FINAL

Pontuação total: _____ / 90

Classificação:

() Excelente

() Bom

() Regular

() Insatisfatório

4. OCORRÊNCIAS REGISTRADAS

() Não houve ocorrências

() Houve ocorrências → Descrever:

5. NÃO CONFORMIDADES GRAVES (SE HOUVER)

() Atraso relevante

() Problema de higiene

() Falta de itens

() Descumprimento do cardápio

() Outros: _____

6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

() Atesto integral

() Atesto com ressalva

() Aplicação de glosa (%) _____

() Não atesto

() Aplicação de penalidade

7. ASSINATURA

Fiscal do Contrato: _____

Data: // _____

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77015007
(63) 3218-4266 - <http://www.tjto.jus.br/>

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo 26.0.000003212-2

Pregão Eletrônico - SRP Nº __/202__

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____ (cargo e nome), ato de posse de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, resolve **registrar o preço** ofertado pela empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, conforme às disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. Este instrumento tem por objeto o registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para eventual(is) e futura (s) contratação (ões) dos itens especificados nesta Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, FORNECEDOR(ES) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	FORNECEDOR:				
	Especificação	Marca/Modelo	Und	Qtda	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins será o ÓRGÃO GERENCIADOR.

3.2. Não há Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos FORNECEDOR (ES) que:

4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.1.2. Mantiverem sua proposta original.

4.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.2. O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado na ata.

4.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 14.2.

4.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A vigência desta Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do FORNECEDOR, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DO ACIONAMENTO DA ATA, DA ASSINATURA DO CONTRATO E DO CADASTRO DE RESERVA:

6.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR poderá ser convocado para assinar o contrato, devendo fazê-lo dentro do prazo e condições estabelecidas no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no referido instrumento.

6.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do FORNECEDOR durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.3. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o ÓRGÃO GERENCIADOR a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo desta Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do edital, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o instrumento contratual em iguais condições.

6.4. As aquisições decorrentes desta Ata serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante emissão de contrato ou somente de nota de empenho, conforme o caso.

6.5. Os quantitativos a serem fornecidos a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO GERENCIADOR e estarão diretamente vinculados às especificidades e quantidades registradas.

6.6. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim a promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições:

6.6.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ao FORNECEDOR nas condições estabelecidas nesta Ata, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.7. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como usuário externo.

6.8. Para a assinatura do contrato, o FORNECEDOR terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

6.9. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se o FORNECEDOR mantém as condições de habilitação.

6.10. O instrumento de contrato vincula-se aos termos do edital que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

6.11. No acionamento desta Ata de Registro de Preços, o demandante deverá observar o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a exigência de prévia pesquisa de mercado quando se tratar de aquisição de item específico constante de grupo de itens.

6.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. DO PRAZO, FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA:

7.1. O FORNECEDOR deverá fornecer os serviços objeto desta Ata, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, observados os seguintes prazos:

7.1.1 - Para os itens 01, 03 e 04, os prazos serão de até 24 (vinte e quatro) horas, podendo excepcionalmente ocorrer em até 02 (duas) horas antes do evento;

7.1.2 - Para o item 02, o prazo será de até 48 (quarenta e oito) horas, podendo excepcionalmente ocorrer em até 06 (seis) horas antes do evento;

7.1.3 - Para grandes eventos (acima de 150 participantes), referentes aos itens 01 e 02, o prazo será de até 05 (cinco) dias, observando o disposto no item 8.3.2 do Termo de Referência.

7.2. Em situações excepcionais e devidamente justificadas, a Administração poderá solicitar a execução dos serviços em prazo inferior ao estabelecido

7.3. As demais disposições estabelecidas no item 8 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

8. DO RECEBIMENTO:

8.1. Para o recebimento do objeto desta Ata deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

8.2. Efetivada a prestação dos serviços, o objeto será recebido:

8.2.1. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo 03 (três) dias úteis, após a prestação dos serviços, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

8.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com esta Ata:

8.3.1. Ao ÓRGÃO GERENCIADOR não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

8.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução desta Ata, nos limites estabelecidos pela lei ou por este registro de preços.

9. DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

9.2. O FORNECEDOR deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

10. DO PAGAMENTO:

10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das

penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais que forem efetivamente fornecidos.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.

10.7. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido nesta Ata..

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$ Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes a presente Ata obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

10.22. As demais disposições estabelecidas no item 10 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

11. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

11.1. São vedados acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, permitidas as demais alterações previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente ata poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

12.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

12.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao FORNECEDOR beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

13. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e inalteráveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 40 e 41 do Capítulo V, seção I, subseção da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 13.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

13.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 14.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.2

13.3.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.4.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.4.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 14, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.3, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.7. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. A alteração dos preços registrados observará o disposto no artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. O FORNECEDOR terá seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

14.1.1. A pedido, quando:

a) Comprovar formal e documentalmente estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do FORNECEDOR ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR e

este não identifique fundamentos aptos a inviabilizar a revisão de preços.

14.1.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório e não sanear a situação no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c) Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) Não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, os instrumentos contratuais decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#).

14.1.3. Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

14.1.4. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2. Verificada qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 14.1.1, concluído o respectivo processo e depois de garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o ÓRGÃO GERENCIADOR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao FORNECEDOR e aos demais licitantes que compõem o cadastro reserva (se houver) a nova ordem de registro.

14.3. A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) Por extinção da totalidade do seu objeto, situação na qual deverá ocorrer a notificação de eventuais aderentes; e
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

14.4. Se não obtiver êxito nas negociações previstas no item 13, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

15.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR, além de outras previstas no edital ou decorrente da natureza do ajuste:

15.1.1. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.1.2. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto deste Registro de Preços;

15.1.3. Assegurar os recursos necessários para custear as contratações decorrentes desta Ata, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

15.1.4. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução das contratações referentes à esta Ata;

15.1.5. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constante nesta Ata;

15.1.6. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

15.1.7. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR;

15.1.8. Zelar para que, durante a vigência desta Ata e dos contratos que vierem a ser firmados, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte do FORNECEDOR, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.1.9. Notificar a Contratada sobre imperfeições ou irregularidades, fixando prazo para correção;

15.1.10. Avaliar periodicamente a qualidade dos serviços, incluindo preparação de ambientes e disponibilidade de materiais;

15.1.11. Solicitar ajustes ao Plano de Execução ou orçamento, quando necessário, estabelecendo prazo de 01 dia para a Contratada reenviar o documento ajustado;

16. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

16.1. São obrigações do FORNECEDOR, além de outras previstas no edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

16.1.1. Manter, durante a vigência desta Ata e da execução das contratações, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram o seu registro de preços;

16.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

16.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

16.1.4. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;

- 16.1.5. Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;
- 16.1.6. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente desta Ata de Registro de Preços a terceiros
- 16.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do ÓRGÃO GERENCIADOR;
- 16.1.8. Cumprir todas as obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- 16.1.9. Prestar os serviços conforme especificações do Termo e da proposta, alocando empregados qualificados e fornecendo materiais, equipamentos e utensílios necessários, observando qualidade, quantidade e normas de segurança, higiene e disciplina;
- 16.1.10. Cumprir determinações regulares do fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;
- 16.1.11. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, serviços ou materiais que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades;
- 16.1.12. Responsabilizar-se por danos decorrentes da execução do contrato, inclusive aos bens do Contratante ou terceiros, ressarcindo integralmente os prejuízos;
- 16.1.13. Utilizar empregados habilitados, devidamente uniformizados e identificados, instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e higiene;
- 16.1.14. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;
- 16.1.15. Submeter previamente ao Contratante quaisquer mudanças nos métodos de execução que se afastem das especificações;
- 16.1.16. Garantir sigilo sobre todas as informações obtidas em razão do contrato;
- 16.1.17. Designar formalmente preposto com contatos atualizados para comunicação direta com o Contratante;
- 16.1.18. Elaborar e apresentar Plano de Execução para eventos, observando prazos, especificações e quantitativos necessários, ajustando-o quando solicitado pelo Contratante;
- 16.1.19. Zelar pela boa conservação, transporte, manuseio e armazenamento de materiais e alimentos, retirando todos os pertences após a prestação dos serviços.

17. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

- 17.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR é o responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 17.2. As solicitações de adesão (carona) à Ata de Registro de Preços serão admitidas mediante apresentação da documentação necessária pelo órgão interessado e deverão ser formalizadas exclusivamente junto ao sítio Compras.gov.br, sistema integrado utilizado pelo TJTO para a realização de licitações e divulgação de contratações. A Divisão de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - DCC será responsável pelo acompanhamento, controle e lançamentos junto ao referido sistema
- 17.3. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 17.3.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 17.3.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 17.3.3. Consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do FORNECEDOR.
- 17.4. A autorização ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo FORNECEDOR.
- 17.4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 17.5. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 17.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 17.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrados observados os requisitos do item 17.3.
- 17.8. Caberá ao FORNECEDOR optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados nesta Ata, e desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e observados os limites de adesão previstos nos §§4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.9. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Dos limites para as adesões

- 17.10. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

17.11. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

17.12. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

18. DA PUBLICAÇÃO:

18.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a publicação resumida desta Ata no Diário da Justiça Eletrônico – DJE.

18.2. A Ata de Registro de Preços será divulgada, com a indicação do FORNECEDOR e dos preços registrados no site <http://www.tjto.jus.br> / (<https://sei.tjto.jus.br/sei/modulos/tjto/licitacao/web/index.php?modalidade=atas>), a qual ficará disponibilizada durante sua vigência.

18.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. As sanções em caso de inadimplemento pelo FORNECEDOR das obrigações contidas nesta Ata são aquelas previstas no edital de licitação.

19.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

19.3. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

19.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer das ocorrências previstas no item 19.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do FORNECEDOR.

20. CONDIÇÕES GERAIS

20.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do FORNECEDOR registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

20.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão contratante.

21. DO FORO:

21.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente desta Ata de Registro de Preços, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR acima qualificados, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/202__
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº ____/202__
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202__
PROCESSO 26.0.000005673-0

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/_____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação da prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 26.0.000005673-0 do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

- 1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico - SRP nº ____/202__, do CONTRATANTE;
- 1.3.2. A Ata de Registro de Preços nº __/202__, resultado do Pregão Eletrônico – SRP nº ____/202__;
- 1.3.3. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de ____, de 202__ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.
- 1.4. A contratação do objeto deste Contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.
- 2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

- 3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE estão disciplinados no Termo de Referência.
- 3.2. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

3.3. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 3.3.1. A avaliação da execução dos serviços será realizada por meio de **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, com base em critérios objetivos de qualidade, eficiência e conformidade, observadas as disposições deste Termo de Referência.
- 3.3.2. O IMR será aplicado pelo fiscal do contrato ao final de cada evento, podendo subsidiar:
- a) o atesto da nota fiscal;
- b) a aplicação de glosas;
- c) a aplicação de penalidades, quando cabível.
- 3.3.3. A avaliação será realizada com base nos seguintes critérios:

ITEM	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Pontualidade	Cumprimento dos prazos de montagem e início do serviço	0 a 10
2	Qualidade dos alimentos	Sabor, aparência, conservação, temperatura e apresentação	0 a 10
3	Variedade e conformidade do cardápio	Atendimento ao cardápio solicitado na Ordem de Serviço	0 a 10
4	Reposição dos itens	Continuidade e suficiência dos alimentos durante o evento	0 a 10
5	Higiene e segurança alimentar	Condições de limpeza, manipulação e uso de EPIs	0 a 10

6	Organização e apresentação	Montagem do ambiente, disposição dos itens e estética	0 a 10
7	Atendimento da equipe	Cordialidade, postura, agilidade e uniformização	0 a 10
8	Estrutura e materiais	Qualidade de utensílios, louças, mobiliário e equipamentos	0 a 10
9	Cumprimento das obrigações contratuais	Atendimento integral às exigências do TR	0 a 10

3.4. METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO

3.4.1. A pontuação total será de ate 90 pontos.

3.4.2. O resultado será classificado da seguinte forma:

FAIXA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
81 a 90 pontos	Excelente	Execução plena
71 a 80 pontos	Bom	Execução adequada
61 a 70 pontos	Regular	Execução com ressalvas
Até 60 pontos	Insatisfatório	Execução inadequada

3.4.5. GLOSAS E SANÇÕES

3.4.5.1. Nos casos de desempenho inferior ao esperado, poderão ser aplicadas glosas no pagamento, conforme abaixo:

RESULTADO	MEDIDA
Regular	Advertência ou glosa de até 3%
Insatisfatório	Glosa de até 5% + possível sanção administrativa

3.4.5.2. A aplicação de glosa não impede a aplicação das penalidades previstas no item 9 deste Termo de Referência.

3.4.6. Serão consideradas falhas graves, independentemente da pontuação:

- a) atraso superior ao limite contratual;
- b) fornecimento de alimentos impróprios para consumo;
- c) descumprimento do cardápio sem autorização;
- d) ausência de equipe mínima;
- e) condições inadequadas de higiene.

3.4.6.1. A ocorrência de falha grave poderá ensejar:

- a) rejeição do serviço;
- b) não atesto da nota fiscal;
- c) aplicação direta de penalidades contratuais.

3.4.7. O IMR poderá ser revisado pela Administração, mediante justificativa técnica, visando aprimoramento da fiscalização contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme discriminado em sua proposta e neste contrato.

4.2. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços a contar do recebimento da ordem de serviço, observados os seguintes prazos:

4.2.1 - Para os itens 01, 03 e 04, os prazos serão de até 24 (vinte e quatro) horas, podendo excepcionalmente ocorrer em até 02 (duas) horas antes do evento;

4.2.2 - Para o item 02, o prazo será de até 48 (quarenta e oito) horas, podendo excepcionalmente ocorrer em até 06 (seis) horas antes do evento;

4.2.3 - Para grandes eventos (acima de 150 participantes), referentes aos itens 01 e 02, o prazo será de até 05 (cinco) dias, observando o disposto no item 8.3.2 do Termo de Referência.

4.3 - Em situações excepcionais e devidamente justificadas, a Administração poderá solicitar a execução dos serviços em prazo inferior ao estabelecido.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

- 5.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 5.2. Efetivada a execução, o objeto deste contrato será recebido:
- 5.2.1. Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 03(três) dias úteis contados da prestação dos serviços, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este contrato:
- 5.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.
- 5.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE E GARANTIA:

- 5.1. Não se aplica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

- 7.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

- 8.1 Na Contratação em tela serão observados os critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A contratação pleiteada está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e às Resoluções do CNJ, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 8.3. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na prestação dos serviços, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade, adotando as seguintes práticas:
- a) Que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - b) Respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - c) Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos;
 - d) Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.
- 8.4. Os serviços contratados são de uso imediato, não estocáveis, e que o ciclo e vida do objeto não geram resíduos e nem impacto ambiental.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

- 9.1. O valor _____ deste contrato é de **R\$_____ (_____)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 10.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100
Classificação Orçamentária: 0601.02.131.1145.4185
Natureza de Despesa: 33.90.39
Fonte de Recursos:1.760

- 10.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.
- 10.3. **A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:**
- 10.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.**

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

11.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados.

11.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Oitava deste contrato.

11.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

11.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente prestados.

11.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

11.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:

11.6.1. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

11.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

11.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

11.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

11.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

11.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante

11.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

11.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

11.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 11.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

11.16. O pagamento pelos serviços prestados ficará condicionado à avaliação da execução contratual por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a ser aplicado pelo fiscal do contrato ao final de cada evento.

11.17. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.18. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11.19. As demais disposições estabelecidas no item 10 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

12.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

12.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

12.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:

12.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

12.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 12.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

12.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12.5. Nos procedimentos de reajuste deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

13.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

13.1.1. Para os fins previstos no item 13.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

13.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

13.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta contratação, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

14.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

14.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 14.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

15.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A CONTRATADA obriga-se a:

16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;

16.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

16.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

16.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

16.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

16.1.6. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

16.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

16.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.9. Cumprir todas as obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;

16.1.10. Prestar os serviços conforme especificações do Termo e da proposta, alocando empregados qualificados e fornecendo materiais, equipamentos e utensílios necessários, observando qualidade, quantidade e normas de segurança, higiene e disciplina;

16.1.11. Cumprir determinações regulares do fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

16.1.12. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, serviços ou materiais que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades;

16.1.13. Responsabilizar-se por danos decorrentes da execução do contrato, inclusive aos bens do Contratante ou terceiros, ressarcindo integralmente os prejuízos;

16.1.14. Utilizar empregados habilitados, devidamente uniformizados e identificados, instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e higiene;

16.1.15. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;

16.1.16. Submeter previamente ao Contratante quaisquer mudanças nos métodos de execução que se afastem das especificações;

16.1.17. Garantir sigilo sobre todas as informações obtidas em razão do contrato;

16.1.18. Designar formalmente preposto com contatos atualizados para comunicação direta com o Contratante;

16.1.19. Elaborar e apresentar Plano de Execução para eventos, observando prazos, especificações e quantitativos necessários, ajustando-o quando solicitado pelo Contratante;

16.1.20. Zelar pela boa conservação, transporte, manuseio e armazenamento de materiais e alimentos, retirando todos os pertences após a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

17.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

17.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

17.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

17.1.3. Proporcionar condições para a execução do serviço objeto deste contrato;

17.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

17.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

17.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

17.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

17.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

17.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

17.1.10. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

17.1.11. Exigir o cumprimento das obrigações contratuais e da proposta da CONTRATADA;

17.1.12 Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições ou irregularidades, fixando prazo para correção;

17.1.13. Assegurar recursos necessários para custear as despesas do contrato, garantindo a emissão de empenho e o pagamento tempestivo das notas fiscais;

17.1.14. Avaliar periodicamente a qualidade dos serviços, incluindo preparação de ambientes e disponibilidade de materiais;

17.1.15. Solicitar ajustes ao Plano de Execução ou orçamento, quando necessário, estabelecendo prazo de 01 dia para a CONTRATADA reenviar o documento ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

18.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

18.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 18.1.1. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 18.1.1, 18.1.2 ou 18.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

18.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

18.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

18.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

18.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 11.2, da Cláusula Décima Primeira deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade;

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 18.1.4.

18.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 18.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

- 18.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 18.1.5 e 18.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;
- 18.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II – as peculiaridades do caso concreto;
 - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
 - V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
 - VI – a não reincidência da infração;
 - VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
 - VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.
- 18.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;
- 18.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 18.1.11;
- 18.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;
- 18.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.
- 18.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

- 19.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:
- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/21, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
 - b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 19.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 19.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:
- 19.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 19.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:
- I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO:

- 20.1. O presente contrato fica vinculado aos autos _____ e _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

- 21.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 21.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

22.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES:

23.1. É vedado à CONTRATADA:

23.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

23.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

23.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

23.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

23.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

24.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

24.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

25.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

25.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

26.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

26.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

26.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

26.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

26.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 26.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

26.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

26.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

26.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

- 26.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.
- 26.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.
- 26.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.
- 26.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO CONSENTIMENTO:

- 27.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 26.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

- 28.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.
- 28.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.
- 28.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 29.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 29.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.
- 29.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:
- 29.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO:

- 30.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

- O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais,
- CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;
- CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;
- CONSIDERANDO**, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto aquisição de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202____, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO IV

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;
- II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

- I - a ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;
- IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

- I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;
- II - o controle dos prazos;
- III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;
- IV - a apreciação do pedido de produção de provas;
- V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após exauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

- I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;
- II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;
- III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;
- IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 197/2026
PRESIDÊNCIA/CECOM

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

UNIDADE TÉCNICA: Diretoria do Centro de Comunicação (CECOM)	DATA: 10/03/2026
RESPONSÁVEIS PELA FORMALIZAÇÃO: Paula Márcia Bittencourt Viana Klein Dalliana de Souza Correia Medeiros Nadiny Maria Almeida Parreira	MATRÍCULA: 353591 352783 378580
CATEGORIA DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet	

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação visa atender à necessidade identificada pela Diretoria do Centro de Comunicação – CECOM, relacionada à disponibilização de **serviços de buffet** para atendimento aos eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 2.2. Considerando a realização frequente de solenidades, capacitações, reuniões institucionais, palestras, oficinas, cursos e seminários destinados ao aperfeiçoamento funcional de magistrados e servidores, bem como à interação institucional com a sociedade, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação adequada aos participantes desses eventos.
- 2.3. A disponibilização de serviços de buffet durante a realização dessas atividades contribui para a otimização do tempo destinado aos eventos, proporcionando maior comodidade aos participantes, especialmente àqueles provenientes de outras localidades, evitando deslocamentos externos para alimentação e permitindo a continuidade adequada da programação institucional.
- 2.4. Dessa forma, a contratação pretendida busca assegurar a continuidade e a eficiência das atividades institucionais, observando os princípios da economicidade, da eficiência e da efetividade administrativa, bem como o alinhamento ao planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

3. UNIDADE DEMANDANTE

UNIDADE DEMANDANTE: Diretoria do Centro de Comunicação Social (CECOM)	DATA: 10/03/2026
RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO: Paula Márcia Bittencourt Viana Klein	MATRÍCULA: 353591
E-MAIL: paula.klein@tjto.jus.br	TELEFONE: (63) 3142-2076

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DE QUALIDADE

- 4.1.1 A contratação tem por objeto a prestação de serviços de buffet, compreendendo o fornecimento de **coffee break, coquetel, lanche e café da manhã** para atendimento aos eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, especialmente no município de Palmas-TO.
- 4.1.2. Os serviços deverão ser executados mediante solicitação formal da Administração, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, na qual serão especificados o tipo de serviço solicitado, o local de realização do evento, a quantidade estimada de participantes e as demais condições necessárias à adequada execução.

4.1.3. Os cardápios a serem fornecidos deverão observar as especificações definidas pela Administração no Termo de Referência, podendo a empresa contratada apresentar sugestões alternativas de composição de cardápio, desde que previamente submetidas à avaliação e aprovação do Tribunal de Justiça.

4.1.4. Eventuais ajustes nos itens que compõem os cardápios poderão ocorrer mediante concordância entre as partes, desde que preservados os critérios de qualidade, quantidade e equivalência de custos previamente estabelecidos para cada modalidade de serviço.

4.1.5. A contratada deverá fornecer todos os recursos necessários à execução do serviço, incluindo alimentos, bebidas, utensílios, materiais de apoio, mobiliário quando necessário e equipe de atendimento, tais como garçons, copeiros e demais profissionais envolvidos na prestação do serviço.

4.1.6. A infraestrutura necessária à realização do evento deverá ser instalada com antecedência adequada ao início das atividades, garantindo que todos os serviços estejam plenamente organizados no momento de recepção dos participantes.

4.1.7. Ao término do evento, caberá à contratada realizar a desmontagem da estrutura utilizada e a retirada dos materiais empregados, responsabilizando-se pela adequada destinação dos resíduos e pela reparação de eventuais danos decorrentes da execução do serviço.

4.1.8. Durante a realização dos eventos, o acompanhamento da execução poderá ser realizado por servidor designado pela Administração, responsável por verificar o cumprimento das condições estabelecidas e orientar a equipe responsável pela prestação dos serviços.

4.1.9. Caso ocorram situações que possam comprometer a adequada execução do serviço, a contratada deverá comunicar imediatamente a unidade responsável pela fiscalização do contrato, a fim de permitir a adoção das providências necessárias.

4.2. ELEMENTOS TÉCNICOS E MERCADOLÓGICOS

4.2.1. O objeto da contratação enquadra-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em especificações usuais praticadas no mercado de serviços de alimentação e buffet para eventos.

4.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica, poderá ser exigida da futura contratada a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação.

4.2.3. A empresa contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade principal pela prestação contratual, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

4.2.4. Deverão ser observados, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, incluindo práticas relacionadas à redução de desperdício de alimentos, correta destinação de resíduos e utilização de materiais adequados ao consumo alimentar.

4.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. A contratação possui natureza comum, uma vez que os serviços serão prestados de forma **eventual e sob demanda**, conforme a realização de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

4.4. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

4.4.1. A vigência inicial estimada do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, especialmente conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse da Administração.

4.5. IDENTIFICAÇÃO DE OBJETOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS

4.5.1. A análise preliminar de mercado identificou a existência de diversas empresas especializadas na prestação de serviços de buffet para eventos institucionais, aptas a atender aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos para a contratação.

4.5.2. Trata-se de serviço amplamente ofertado no mercado local e regional, cujos fornecedores disponibilizam soluções compatíveis com as necessidades da Administração Pública, incluindo o fornecimento de alimentos e bebidas, equipe de atendimento, utensílios, mobiliário e demais estruturas necessárias à adequada execução dos eventos.

4.5.3. Dessa forma, verifica-se que não se trata de solução exclusiva ou restrita a fornecedor específico, o que possibilita a realização de procedimento licitatório competitivo, ampliando a participação de interessados e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

POTENCIAL FORNECEDOR	CONTATO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
E.G.C.L COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME	(63) 3217-7493	malaguetasgourmet@gmail.com
L. DE SOUZA SANTOS LTDA	(63) 99948-1777	ivonethfestas@gmail.com
ALLINE BUFFET	(63) - 3217-7736 / 98453-8846	allinebuffet@yahoo.com.br
FAST LANCHES, BUFFET E RESTAURANTE	(63) 9271-0977 / 98132-0119	fastlanchesbuffet@gmail.com
BELLADATA BUFFET E RESTAURANTE LTDA - ME	(63) 3028-8063 / 99981-8885	belladata@gmail.com

4.5.4. A identificação de fornecedores tem caráter meramente exemplificativo, não restringindo a participação de outros interessados no futuro procedimento licitatório.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

5.1 LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

5.1.1. Com o objetivo de identificar alternativas capazes de atender à necessidade institucional descrita neste Estudo Técnico Preliminar, foi realizada análise das soluções disponíveis no mercado para prestação de serviços de alimentação destinados a eventos institucionais.

5.1.2. A análise considerou experiências de contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, bem como práticas adotadas por instituições públicas na organização de eventos que demandam fornecimento de alimentação para participantes.

5.1.3. A partir desse levantamento, foram identificadas as seguintes soluções possíveis:

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	ANÁLISE (VANTAGENS / DESVANTAGENS)
Solução 1	Aquisição direta de alimentos e preparo das refeições pelo próprio Tribunal de Justiça	Esta alternativa demandaria a disponibilização de infraestrutura própria para preparo e armazenamento de alimentos, incluindo cozinha equipada, espaço físico adequado, utensílios específicos e equipe técnica especializada, como nutricionistas, cozinheiros e auxiliares. Considerando que o Tribunal de Justiça não dispõe atualmente dessa estrutura nem de pessoal especializado para execução dessas atividades, a implementação dessa solução implicaria elevados custos administrativos e operacionais, além de dificuldades logísticas para atendimento dos eventos institucionais.
Solução 2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet, mediante Sistema de Registro de Preços	Esta alternativa consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de buffet, incluindo coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, destinados ao atendimento dos eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça. Essa solução permite que toda a infraestrutura necessária, bem como os profissionais especializados para execução dos serviços, sejam disponibilizados pela empresa contratada. Além disso, a utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita que a prestação dos serviços ocorra de forma parcelada, conforme a demanda institucional, evitando a necessidade de manter estrutura permanente ou aquisição antecipada de insumos, garantindo maior eficiência administrativa e melhor gestão dos recursos públicos.

5.2. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

5.2.1. Considerando as alternativas analisadas, verifica-se que a **Solução 2**, consistente na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, mostra-se a alternativa mais adequada para atendimento da demanda institucional.

5.2.2. Tal solução apresenta maior viabilidade técnica e operacional, uma vez que transfere à empresa contratada a responsabilidade pelo fornecimento dos alimentos, pela disponibilização da estrutura necessária à realização dos eventos e pela mobilização da equipe especializada para execução dos serviços.

5.2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela imprevisibilidade quanto à quantidade e à periodicidade dos eventos institucionais, permitindo contratações sob demanda, evitando contratações isoladas e garantindo maior eficiência administrativa.

5.2.4. Além disso, trata-se de serviço amplamente disponível no mercado, com diversos fornecedores aptos a prestar os serviços pretendidos, o que favorece a competitividade do procedimento licitatório e amplia as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.2.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços também se mostra adequada à natureza da demanda, tendo em vista que os serviços serão solicitados de forma eventual e conforme a necessidade dos eventos institucionais, permitindo maior flexibilidade na contratação e evitando desperdícios ou custos decorrentes de contratações fixas.

5.2.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada em serviços de buffet, por meio de procedimento licitatório, constitui a solução técnica e economicamente mais vantajosa para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assegurando atendimento adequado às necessidades institucionais relacionadas à realização de eventos, cursos, reuniões e demais atividades promovidas pela instituição.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1. Dentre as alternativas analisadas no levantamento de soluções disponíveis no mercado, identificou-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

6.2. A solução consiste na contratação, por meio de procedimento licitatório, de empresa especializada na prestação de serviços de alimentação para eventos institucionais, compreendendo o fornecimento de coffee break, coquetel, lanche e café da manhã, conforme a demanda da Administração.

6.3. Os serviços deverão contemplar o fornecimento de alimentos e bebidas, bem como toda a estrutura necessária para atendimento adequado aos eventos, incluindo montagem e organização do ambiente, disponibilização de utensílios e materiais de apoio, além de equipe de atendimento composta por profissionais capacitados para execução dos serviços.

6.4. A contratação será realizada de forma a permitir o atendimento sob demanda, considerando a realização de cursos, reuniões institucionais, seminários, palestras, solenidades e demais eventos promovidos pelo Tribunal de Justiça.

6.5. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, possibilitando maior flexibilidade na utilização dos serviços, bem como melhor gestão dos recursos públicos, uma vez que as contratações ocorrerão conforme a necessidade administrativa.

6.6. Dessa forma, a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, sendo capaz de atender de maneira eficiente às necessidades institucionais relacionadas à realização de eventos no âmbito do Tribunal de Justiça.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação foi elaborada com base no histórico de realização de eventos institucionais promovidos nos exercícios anteriores pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, bem como na previsão de atividades constantes no calendário anual institucional, que contempla cursos, seminários, reuniões, solenidades e ações de capacitação realizadas ao longo do exercício.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	ITEM PAC	CATMAT
01	<p>COFFEE BREAK</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>SALGADOS</p> <p><i>(10 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Coxinha com catupiry Croquete de carne Empadinha de frango Empadinha de palmito Quibe assado Quibe frito Quibe frito recheado com mussarela Rissole de carne Rissole de milho Troxinha de carne de sol frutas secas diversas, amendoim e castanhas.</p> <p>BOLOS:</p> <p><i>(03 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Banana Cenoura Chocolate Coco Milho Laranja</p> <p>MINI SANDUÍCHES:</p> <p><i>(03 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Croissant recheado com pasta de frango Mini sanduíche de pão ciabatta com mussarela, lombinho fatiado, requeijão e alface Mini sanduíche de pão com pasta de frango Mini sanduíche de pão com pasta de tomate e ricota Mini sanduíche de pão com pasta de tomate seco Mini sanduíche de pão de forma com pasta de atum e alface</p> <p>TORTAS SALGADAS:</p> <p><i>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Carne de sol Bacalhau Frango Palmito Quiche de camarão Quiche de carne de sol Quiche de frango e palmito Quiche de queijo</p> <p>TORTAS DOCES:</p> <p><i>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Pavê de abacaxi Pavê de chocolate Pavê de maracujá Pavê de pêssego Pudim de leite Torta de limão Torta mouse de chocolate</p> <p>FRUTAS:</p> <p>Típicas da estação Salada de frutas ou frutas fatiadas</p> <p>BEBIDAS:</p> <p>3 tipos sucos naturais, com açúcar e sem (trazer adoçante de qualidade) 3 tipos de refrigerantes (normal e 1 tipo zero) Água com, sem gás e água aromatizada</p> <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS: Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como: Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jarras em vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca);</p> <p>Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p>	CUSTO X PESSOA	4.000	383	12807

	<p>Mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Cadeiras de polycarbonato ou madeira, para suportar até 180 Kg, almofadas com espuma revestida em Oxford com velcro para prender;</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>				
02	<p>COQUETEL</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>TÁBUA DE FRIOS:</p> <p>Tábuas de frios contendo salaminho, palmito, ovo de codorna com molho rosê, lombo defumado, chester defumado, blanquete de peru, queijo frescal, queijo mussarela, queijo prato, queijo provolone, azeitonas sem caroço e tomate seco, carpaccio de lagarto, frutas secas diversas, pães diversos, pães sírio, mini torrada, patês, canapês, antepasto de berinjela, quibe cru, amendoim e castanhas.</p> <p>FINGER FOOD:</p> <p><i>(04 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Fricassé de frango Gratinado de bacalhau Mini escondidinho de carne de sol Mini risoto de camarão Mini risoto de filé mignon Strogonoff de filé com arroz e batata palha Strogonoff de frango com arroz e batata palha</p> <p>SALGADOS:</p> <p><i>(12 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Bolinho de bacalhau Canudinho folhado de frango aos quatro queijos Coxinha de frango Croquete de carne Empadinha de frango Espetinho de filé de frango envolto em lâmina de bacon com molho roti Espetinho de filé envolto em lâmina de bacon com molho roti Quibe Folhado de frango Folhado de queijo Folhado de goiabada Rissole de carne Rissole de milho com catupiry Torta de bacalhau Torta de frango com palmito</p> <p>SOBREMESAS:</p> <p><i>(03 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</i></p> <p>Mouse de chocolate Mouse de maracujá Pavê de abacaxi Pavê de chocolate Pavê de morango Pudim de leite Mini pudim embalado separado Salada de frutas Torta de limão</p> <p>BEBIDAS:</p> <p>4 tipos de sucos naturais, com açúcar e sem (trazer adoçante de qualidade) 3 tipos de refrigerantes (normal e 1 tipo light) Água com, sem gás e água aromatizada Coquetel de frutas sem álcool</p> <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS:</p> <p>Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como: Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jarras de vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca); Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p>	CUSTO X PESSOA	4.000	384	12807

	<p>Mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Cadeiras de polycarbonato ou madeira, para suportar até 180 Kg, almofadas com espuma revestida em Oxford com velcro para prender;</p> <p>Mesas de bistro com 4 banquetas (madeira ou aço)</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>				
03	<p>LANCHE</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>LANCHE:</p> <p>Pão de queijo</p> <p>Biscoito de queijo</p> <p>Sanduche natural</p> <p>Bolos de cenoura, milho, chocolate e laranja</p> <p>Petit Four</p> <p>sequilhos</p> <p>Biscoitos artesanais</p> <p>Salada de frutas ou frutas fatiadas</p> <p>BEBIDAS:</p> <p>2 tipos de sucos naturais, com açúcar e sem (trazer adoçante de qualidade)</p> <p>2 tipos de refrigerantes (1 normal e 1 tipo light)</p> <p>Leite achocolatado</p> <p>Cappuccino</p> <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS:</p> <p>Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como:</p> <p>Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jaras de vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca); Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p> <p>Cadeiras e mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>	CUSTO X PESSOA	2.000	385	12807
04	<p>CAFÉ DA MANHÃ</p> <p>CARDÁPIO:</p> <p>FRUTAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Frutas fatiadas (da estação)• Outras frutas (uva, maçã verde, maçã vermelha e pêssego)• Salada de frutas <p>BEBIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sucos de frutas• Café (amargo e doce)• Leite• Chocolate quente• Chás• Capuccino• Açúcar• Adoçante <p>BOLOS:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Bolo de Laranja• Bolo Brigadeiro• Bolo de Cenoura• Bolo de Fubá <p>PETIT FOUR:</p> <p>(05 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Biscoito Suíço• Rosquinha húngara• Pão de Queijo• Biscoito de Queijo• Croissant de queijo• Croissant de goiabada• Casadinho de doce de leite	CUSTO X PESSOA	2.000	386	12807

	<p>PÃES:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Pão de batata• Pão de leite• Brioche• Leite Torradas <p>FRIOS: (todos)</p> <ul style="list-style-type: none">• Presunto• Mussarela• Geléias• Requeijão Cremoso <p>TORTAS SALGADAS:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Frango• Palmito• Torta de Carne de Sol• Bacalhau• Frango com palmito <p>TORTAS DOCES:</p> <p>(02 tipos a escolher dentre as opções seguintes)</p> <ul style="list-style-type: none">• Pavê de Maracujá• Pavê de Abacaxi• Torta de Limão• Torta de chocolate• Tartalete de banana com canela• Tartalete de maçã com canela e passas <p>MESAS, CADEIRAS E TOALHAS:</p> <p>Deverão estar incluídos todos os materiais necessários, tais como:</p> <p>Organização do ambiente;</p> <p>Copos e jarras de vidro ou cristal para refrigerante, sucos e água;</p> <p>Pratos de mesa e sobremesa (porcelana branca); Talheres de aço inox;</p> <p>Guardanapos descartáveis de qualidade;</p> <p>Guardanapos de tecido de qualidade;</p> <p>Cadeiras e mesas decoradas com toalhas novas, devidamente passadas;</p> <p>Todo o pessoal especializado e uniformizado: garçom, copeiro e cozinheiro (a), e despesas com montagem e desmontagem.</p> <p>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 10 pessoas.</p>				
--	--	--	--	--	--

7.2. INFORMAÇÕES DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES

7.2.1. Foram considerados, ainda, os registros de contratações anteriores de serviços de buffet, que evidenciam demanda recorrente por fornecimento de alimentação em eventos institucionais destinados a magistrados, servidores, colaboradores e convidados externos.

7.2.2. Segue abaixo as contratações realizadas referente aos exercícios de 2023 e 2024 e 2025:

PROCESSO SEI Nº	ARP / EVENTO	EMPRESA	OCORRÊNCIAS
23.0.000013889-4	ATA nº 141/2023 evento 5493419	L. de Souza Santos - Ltda	Houve ocorrências
24.0.000006751-9	ATA nº 173/2024 evento 6135670	L. de Souza Santos - Ltda	Não houve ocorrências
24.0.000006751-9	ATA nº 174/2024 evento 6135684	Belladata Buffet & Restaurante Ltda	Não houve ocorrências
25.0.000003302-5	ATA nº 88/2025 evento 6601611	Dina Rodrigues Vieira Almeida Neta - Ltda	Não houve ocorrências

7.3. MEMÓRIAS DE CÁLCULO

7.3.1. As quantidades estimadas representam projeção aproximada da demanda anual, podendo variar conforme a realização efetiva dos eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça.

7.3.2. Os quantitativos apresentados a seguir foram definidos com base no histórico de consumo e nas contratações anteriores realizadas por este Tribunal, servindo como parâmetro para subsidiar a definição da solução a ser contratada.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	ATA Nº 141/2023 (QTD. ESTIMADA)	ATA Nº 173/2024 (QTD. ESTIMADA)	ATA Nº 174/2024 (QTD. ESTIMADA)	ATA Nº 88/2025 (QTD. ESTIMADA)
------	----------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------

01	Coffee break	2.000	4.000	-	4.000
02	Coquetel	2.000	-	4.000	4.000
03	Lanche	2.000	2.000	-	2.000
04	Café da Manhã	-	2.000	-	2.000

7.4. Ressalta-se que os serviços serão solicitados de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente, considerando a programação institucional e as necessidades administrativas.

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC 2026, itens 383, 384, 385 E 386, constante no processo SEI nº 25.0.000008858-0, no valor estimado de **R\$ 680.000,00** (seiscentos e oitenta mil reais).

A estimativa final do valor da contratação será consolidada posteriormente no Termo de Referência, a partir de pesquisa de preços formal, com coleta de múltiplas fontes e aplicação das metodologias de tratamento de preços previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que os quantitativos apresentados correspondem a estimativa anual de consumo, e que a execução contratual ocorrerá sob demanda, conforme a realização de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NAO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Considerando a natureza dos serviços, verifica-se que o objeto admite parcelamento por itens (coffee break, coquetel, lanche e café da manhã), sem prejuízo da execução contratual. O parcelamento amplia a competitividade entre os fornecedores e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. Assim, justifica-se o parcelamento do objeto, por possibilitar maior competitividade entre os fornecedores e potencial obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Após análise da demanda, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas ao objeto da presente contratação.

10.2. Ressalta-se que a contratação pretendida possui caráter autônomo, destinando-se exclusivamente ao atendimento dos eventos institucionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação dos serviços de buffet para eventos institucionais proporcionará melhor suporte logístico às atividades promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, especialmente cursos, reuniões, seminários e demais eventos institucionais.

11.2. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se a melhoria na organização e acolhimento dos participantes, a adequada permanência do público durante os eventos, bem como o apoio às atividades institucionais e de capacitação promovidas pela Administração.

11.3. A contratação também contribuirá para maior eficiência na realização dos eventos institucionais, garantindo infraestrutura adequada para atendimento aos magistrados, servidores e demais participantes.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Não haverá necessidade de providências prévias à celebração do contrato, considerando a natureza dos serviços a serem contratados.

12.2. Não foi necessário consultar outras unidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins quanto à contratação pretendida.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A empresa contratada deverá executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente, adotando práticas que minimizem impactos ao meio ambiente, à saúde dos trabalhadores e dos demais envolvidos na execução das atividades.

13.2. Na prestação dos serviços deverão ser observadas práticas voltadas à sustentabilidade, incluindo a otimização do uso de recursos naturais, a redução de desperdícios e a correta destinação dos resíduos gerados.

13.3. Recomenda-se, sempre que possível, a adoção de medidas como uso racional de água e energia, utilização de equipamentos eficientes, redução do consumo de materiais descartáveis e promoção da reciclagem dos resíduos provenientes das atividades.

13.4. Recomenda-se, sempre que possível, a priorização de materiais reutilizáveis ou biodegradáveis, bem como a adoção de práticas que reduzam o uso de plásticos descartáveis durante a prestação dos serviços

13.5. A contratada deverá observar, ainda, as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à manipulação e ao preparo de alimentos, bem como as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária e demais regulamentações pertinentes.

13.6. Respeitar as Normas Brasileiras sobre resíduos sólidos, a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado, bem como os regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, sobretudo:

13.7. A Resolução - RDC n. 43, de 1 de setembro de 2015;

13.8. A Resolução - RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004, alterada pela RDC n. 52, de 29 de setembro de 2014;

13.9. A contratada deverá observar ainda a legislação ou diretrizes expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária estadual, municipal e demais instrumentos normativos aplicáveis.

14. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

14.1. A contratação dos serviços de buffet para eventos institucionais está prevista no **Plano Anual de Contratações – PCA, sei nº 25.0.000008858-0**, nos itens **383, 384, 385 e 386**, conforme o planejamento estratégico da Administração.

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nas informações levantadas durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, considerando os aspectos orçamentários e a disponibilidade de empresas consolidadas no ramo de serviços de buffet com operação regular em Palmas, capital do Estado do Tocantins, verifica-se que a contratação pretendida é viável.

15.2. A contratação é indispensável para este órgão do Poder Judiciário, uma vez que atende às necessidades do Tribunal de Justiça, estando claramente justificada e alinhada aos objetivos estratégicos do órgão, com previsão no Plano de Contratações Anual do TJTO.

15.3. As quantidades e demais exigências encontram-se coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos necessários para atender à demanda identificada, garantindo que os serviços contratados atendam aos padrões de qualidade exigidos.

15.4. A análise de mercado indica a existência de fornecedores capacitados para prestar o serviço solicitado, evidenciando a competitividade e a pluralidade de opções disponíveis no setor.

15.5. A solução escolhida apresenta fundamentação adequada, assegurando que os resultados esperados atendam plenamente aos requisitos institucionais, permitindo a realização de eventos institucionais com qualidade, conforto e eficiência logística.

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77015007
(63) 3218-4266 - <http://www.tjto.jus.br/>



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 17/06/2026, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7200514** e o código CRC **261773EC**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>